



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Modernização da Refinaria Henrique Lage-Revap”, de responsabilidade da Petrobrás S/A, realizada no dia 19 de janeiro de 2005, na cidade de São José dos Campos.

Realizou-se, no dia 19 de janeiro de 2005, às 17h00, no Auditório da Univap, na Praça Cândido Dias Castejón, 116 – Centro, São José dos Campos - SP, a Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Modernização da Refinaria Henrique Lage-Revap”, de responsabilidade da Petrobrás S/A. Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do Consema, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Prof. José Goldemberg, saudava e dava boas-vindas a todos que haviam comparecido: às autoridades do Poder Executivo, do Poder Legislativo, representantes de órgãos públicos, de entidades civis e ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Modernização da Refinaria Henrique Lage-Revap”, de responsabilidade da Petrobrás S/A. Informou que, de acordo com o artigo 6º inciso 1º da Deliberação Consema 34/01 que regulamenta as audiências públicas, para que fosse resguardada a segurança dos participantes, só seria permitida a entrada de pessoas até o limite de sua lotação, que era de 500 pessoas, e que as demais seriam acomodadas em auditórios anexos, onde seriam instalados telões, esclarecendo ainda que todos teriam direito ao uso da palavra desde que devidamente inscritos na lista própria. Declarou que tinha a missão de inicialmente compor a Mesa de Trabalhos, chamando para dela fazerem parte o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais, Engº Pedro Stech, e o representante do Consema eleito entre os presentes, o conselheiro Luciano Shiguero Sakurai. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental, cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre um projeto específico que seria apresentado, contribuições essas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, o Secretário-Executivo expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução de audiências públicas. Em seguida, após o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais, Engº Pedro Stech, informar em que fase do processo de licenciamento ambiental o projeto se encontrava e de tecer comentários a respeito da importância da participação da comunidade nas audiências públicas, passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da equipe técnica que elaborou o EIA/RIMA. Depois de João Ricardo Lafraia, representante da Revap, apresentar o histórico do empreendimento e de salientar a importância da modernização dessa refinaria, informou que ela operava na região há 25 anos, refinando 15% do petróleo nacional, e que, com o aprimoramento da qualidade dos combustíveis, seriam promovidas a diminuição das emissões de poluentes e a redução das emissões veiculares. Ricardo Simonsen, representante da empresa Mineral Engenharia e Meio Ambiente, responsável pela elaboração do EIA/RIMA, comentou que, em virtude da natureza do empreendimento, foram realizados estudos ambientais aprofundados que incluíram análises de risco das emissões atmosféricas e de sua dispersão como também a análise dos diferentes âmbitos desse empreendimento - suas áreas de influência direta e indireta em seus aspectos geológico, arqueológico, físico, biótico, epidemiológico e arqueológico -, dos diferentes impactos positivos e negativos a serem causados e as decorrentes medidas de compensação; ofereceu, também, em detalhes, informações sobre os dados obtidos, a partir desses estudos, acerca de diferentes aspectos do empreendimento, como monitoramento e mitigação dos impactos gerados com a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

remoção da vegetação, a captação e o consumo dos recursos hídricos, o tratamento dos efluentes, os riscos de acidente, a capacitação da mão-de-obra, a implementação de programas - entre os quais de comunicação social, paisagístico e de controle de emissões de ruído -, o armazenamento e o manuseio adequados dos insumos e produtos, o sistema integrado de gestão e segurança e o plano de gerenciamento de risco. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema. Ricardo Ferraz, depois de solicitar que se fizesse trinta segundos de silêncio tanto pelas mortes ocorridas no Sul da Ásia provocadas pelas *tsunamis* como por aquelas causadas por explosões e acidentes ocorridos nas instalações da Revap, comentou que o licenciamento desse empreendimento era bem complicado, inclusive em virtude das limitações geográficas impostas pelo próprio Vale do Paraíba, e por aquelas oriundas do processo de industrialização ocorrido nessa região, como bem comprovava o fato de a maioria dos autos de infração emitidos pelos órgãos ambientais dirigirem-se ao parque petroquímico nela instalado, pois suas emissões, mesmo controladas, causavam sérios transtornos à população, como bem comprovavam as dezenas de manifestações feitas pelo Instituto de Pesquisas Espaciais vinculado ao ITA; que um dos motivos dessa situação foi a ausência de planejamento ambiental à época da implantação desse parque, inclusive da Revap, que ocorreu justamente no período da ditadura militar num desrespeito total à legislação vigente à época e que proibia a instalação de refinarias; que tinha certeza absoluta de que a maioria dos presentes não tinha lido o EIA/RIMA sobre esse empreendimento e que possibilitar o acesso da população a esses estudos, ou seja, democratizar as informações neles contidas, constituía um forte motivo para que se realizassem outras audiências e se mantivesse uma equipe de estudos para oferecer opinião à população sobre eles; que um professor vinculado à Unicamp elaborara um parecer que continha uma série de observações acerca desse projeto, inclusive sobre as vinte e duas chaminés que essa unidade industrial passaria a ter, uma das quais - a chaminé central – mediria 110 metros de altura, duas outras tochas, 100 metros cada uma, e outras cinco chaminés novas, em torno de 70 metros; que outra informação contida nesse parecer era que a vazão de gás, que atualmente media 1.030 m³/h, aumentaria em torno de 52% após a ampliação, e que só as novas unidades queimariam mais 335 m³/h; que, embora a outorga atualmente concedida pela ANA para a descarga de esgoto no Rio Paraíba do Sul fosse para 720 m³/h, após a ampliação ela ficaria entre 650 e 900 m³/h, o que, por si só, constituiria um problema, mesmo se levando em conta a promessa do reúso de efluentes entre 300 a 400 m³/h; que esse parecer não possuía dados nem sobre a perda evaporativa atual nem sobre a futura, mas que ela deveria aumentar, uma vez que fora construída uma nova torre de resfriamento; que a Petrobrás pretendia, de uma só tacada, obter carta branca ambiental para investir – já existindo decisão a esse respeito – na ampliação e na utilização de novas tecnologias, e que ela continuaria fazendo propaganda enganosa e, nessa perspectiva, ratificando a descoberta de Lavoisier de que nada se criava, nada se eliminava, mas tudo se transformava e ficava bonitinho; que, apesar de aumentar o lançamento de resíduos e a emissão de poluentes, essa empresa continuaria a dizer que os diminuía, e a população continuaria a confirmar a velha suspeita de que os políticos, quando na oposição, serviam melhor à população e ao futuro do que quando passavam a ser governo; que o desenvolvimento sustentável propugnado pela ECO 92 cabia tão somente para os recursos renováveis, mas não para os recursos finitos, e que, por se tratar de um fóssil altamente impactante, mesmo se retirando o resíduo do petróleo, ele continuaria interferindo no efeito estufa, e que igualmente era inadequado atribuir-se à gasolina o predicado de combustível limpo, pois o único combustível limpo existente era o eólico ou solar; que era necessário dobrar-se a atenção em relação à conceituação utilizada nos projetos, pois ela deveria ser realmente



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

muito clara, não se podendo falsificar as informações fornecidas à população, e que, com certeza, os riscos que esse empreendimento ofereceria seriam muito grandes; que a cidade merecia bons investimentos, e que duvidava se de fato seriam criados os 10 mil empregos prometidos; que era preciso pensar o crescimento desordenado que ocorreria no entorno e os outros prejuízos que seriam causados para atender interesses do mercado e das elites. José Moraes Barbosa, igualmente representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, comentou que, em 1950, a população de São José dos Campos girava em torno de 44 mil habitantes e, hoje, encontrava-se em torno de 600 mil, e que esse crescimento ocorreu de forma desordenada, inclusive com a implantação de um parque industrial inadequado, o que vinha sendo constatado ao correr dos anos, e que contribuiu, de forma significativa, para o aumento das doenças respiratórias, concorrendo para que essa região praticamente se transformasse em uma estância de tratamento da tuberculose, dada a enorme incidência dessa doença em crianças, adolescentes, idosos e jovens tanto do entorno da refinaria como de outras cidades como Jacareí, Caçapava e Taubaté; que o Ministério Público, em virtude do aumento significativo desse tipo de doença, havia solicitado que as empresas realizassem exames nas pessoas, sobretudo de sangue, urina e respiratórios, e que não se podia negar que a Revap era uma das empresas mais poluidoras do Vale do Paraíba, embora a propagandaasse que se caminhava para o paraíso; que, em 2002, foi publicado no “Jornal Valeparaibano” que a população da cidade havia aumentado em 70%, e esse Município vinha sofrendo os problemas decorrentes desse crescimento derivado do processo de conurbação, entre os quais inversões térmicas, ocorrências de ilhas de calor, piora da qualidade das águas dos córregos e o reconhecimento oficial de que o Rio Paraíba do Sul era o segundo mais poluído do Estado; que se precisava rever, emergencialmente, essa política de crescimento do Município, pois a população reivindicava que fossem, sim, criados empregos, mas também que fosse preservada a qualidade de vida, o que era possível ocorrer se a Petrobrás e o Governo Federal investissem os 800 milhões de dólares que empregariam nesse empreendimento numa empresa de energia, que igualmente geraria emprego, abandonando-se o recurso ao petróleo, já que ele e seus derivados eram responsáveis pelo fracasso da civilização, porque se podia observar nos programas de televisão, nos telejornais principalmente, que o efeito estufa crescia a cada dia, que o aquecimento global crescia, e que as mudanças climáticas e micro-climáticas também cresciam; que não se poderia, diante dessas constatações, se abalizar esse projeto, também levando-se em conta a informação obtida há dois meses atrás, por ocasião de uma reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, de que no Município de São José dos Campos não havia controle sobre a formação do ozônio; que, como seres racionais, não se poderia apostar eternamente no erro, mas, pelo contrário, reverter esse quadro com vistas a beneficiar a sociedade; que acidentes ocorriam freqüentemente na Petrobrás há 24 anos – entre os quais a explosão gravíssima ocorrida em 23 de outubro de 2003, ocasião em que inúmeras pessoas saíram desarmadas para todos os lados, inclusive com carro, fugindo para uma região cujas vias eram inadequadas; que afirmar que as atividades realizadas pela Petrobrás não afetavam a saúde e a qualidade de vida da população do entorno constituía um gravíssimo equívoco, e que, por todas essas razões, conclamava a população de São José dos Campos, particularmente da Zona Leste, a não se submeter a essa única audiência e exigir das autoridades que outras fossem realizadas com o objetivo de que a população obtivesse um entendimento correto desse projeto e as pessoas que forem favoráveis ou contrárias pudessem manifestar-se; que iria processar nominalmente os técnicos responsáveis por esse projeto e o Governo Federal, também pela divulgação da falácia de que seriam criados 10 mil empregos, quando se sabia que, em tempo de globalização, em nenhum lugar do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Mundo se empregava esse número de trabalhadores; que era inaceitável que esses técnicos viessem ao Município e à região expor um projeto dessa natureza, desconsiderando os problemas gravíssimos que ele causaria, pois não se poderia permitir que São José dos Campos se transformasse em uma Cubatão, em uma Paulínia, em uma Guarulhos ou em uma São Paulo. Maria Benedita Dias Chaves comentou que, como moradora do bairro Vista Verde, convivendo com a Revap há mais de vinte e cinco anos, testemunhava que não houve nenhum impacto positivo na vida da população com a instalação dessa refinaria, mas, pelo contrário, uma visível deterioração do meio ambiente de toda região; que a própria Cetesb reconheceu que houve contaminação do solo e de poços, que acabaram interditados, mas que tal constatação ocorreu depois de a população se contaminar, e que, diante desse quadro, o Ministério Público foi consultado, mas não adotou nenhuma providência; que a matéria publicada na edição do “Jornal Valeparaibano” de 19 dezembro último, intitulada “Estudo da USP livra Revap de culpa por doença”, se baseava em estatísticas de atendimentos do SUS, atendimentos estes que não abrangiam exames mais específicos como de sangue ou urina, e que, por essas razões, fazia um apelo ao representante do Estado, Engº Pedro Stech, para que fosse feito monitoramento da saúde da população dos bairros próximos da refinaria, antes de se implementarem novos projetos. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes de entidades da sociedade civil. Rosa Maria de Miranda, representante da entidade Obra Social Santa Clara, comentou que a direção da Revap vinha promovendo reuniões informativas com o objetivo de esclarecer à sociedade sobre esse projeto de modernização da refinaria, oportunidade em que se questionou a implementação ou não de projeto de qualificação de mão-de-obra, e que, em resposta a essas questões, a Petrobrás assumiu compromisso com órgãos públicos e entidades educacionais visando essa certificação e estendendo-a a pessoas com necessidades especiais, e que solicitava a essa empresa que realmente cumprisse esse compromisso. Maria Aparecida Vieira, representante da Sociedade Amigos do Bairro de Itatetuba, declarou que, como moradora da Zona Leste e funcionária da Petrobrás, acompanhou de perto o sucesso e os investimentos que a Petrobrás vinha fazendo especialmente na capacitação profissional de seus funcionários das áreas operacionais, de segurança e meio ambiente, preparando-os para novos desafios. João Pereira Dantas, representante da Associação das Construtoras do Vale do Paraíba, defendeu esse projeto de modernização da Revap, principalmente porque ele corrigiria as deficiências existentes, por exemplo, com a redução da emissão de poluentes, e defendia também que nos empregos gerados fosse utilizada a mão-de-obra local e que fossem implementados programas para sua capacitação. José Maria de Faria, representante do Sindicato do Comércio Varejista de São José dos Campos, comentou que a entidade que representava era formada por micro e pequenos proprietários da cidade e que ela entendia que essa modernização era necessária e importante, pois traria benefícios para o Município com a geração de empregos, por exemplo, o que, conseqüentemente, beneficiaria o comércio varejista local, aumentando a arrecadação de impostos. Urbano Reis Pato Filho, representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente de São José dos Campos-Comam, declarou que esse colegiado realizara reuniões com o objetivo de discutir o processo de modernização da Revap, com a presença de especialistas e de técnicos da própria Petrobrás, e que foram essas discussões que deram lugar à realização de estudos epidemiológicos, e que, em relação à qualidade do ar e às emissões de ozônio, realmente preocupantes na região do Vale do Paraíba, sugeria fosse feito o inventário das fontes móveis e estacionárias e o monitoramento constante dos gases precursores do ozônio; que, em relação à comunicação social da empresa, uma coisa eram os planos de emergência no papel e outra, bem diferente, eram os acidentes que de fato ocorriam, quando se verificava um certo despreparo nos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

atendimentos de emergência, e que era fundamental que houvesse comunicação social efetiva, ou seja, que se extrapolasse o formalismo dos planos envolvendo a população em ações práticas; que, em virtude da ocorrência de passivos ambientais, sugeria que a compensação ambiental fosse feita em uma das três unidades de conservação existentes, e sugeria também que, por ocasião das audiências públicas do Consema, fosse destinado espaço para manifestação dos conselhos municipais de meio ambiente. Delfino Paiva Teixeira Freitas, representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil, comentou que a Revap apresentou um estudo bastante consistente e aprofundado, que envolvia a produção de combustível menos poluente, o que era indicador de que a empresa caminhava na direção correta, e que, se por um lado ela criou alguns problemas para a cidade, por outro, trouxe grandes benefícios. Demetrius Alexandre, representante da entidade Eco Sistema, comentou que aquilo que o movimento ambientalista focalizava não era a perspectiva política, mas, sim, uma visão transformadora, apontando para a necessidade de se respeitar o ser humano, porque, se ele não se respeitar, jamais conseguirá respeitar o seu próximo e a Natureza, e que o Vale do Paraíba possuía uma significativa importância na política nacional e que esse investimento era necessário para a região, do ponto de vista de uma nova tecnologia ambiental, além de gerar empregos. Roberto Lazzari, representante da Associação Paulista de Engenheiros de Minas, comentou ter sido um dos poucos que teve paciência de ler o EIA/RIMA desse projeto e confessava ter entendido apenas dez por cento de tudo o que estava escrito, por se tratar de um trabalho complexo; que esse projeto tratava exatamente da transformação do petróleo em produtos melhores, com a otimização do processo, e que, embora existissem riscos, os ganhos ambientais e econômicos eram claramente demonstrados, mas que deveria ser esclarecido qual o efetivo impacto desse projeto na vida dos trabalhadores. Mário Fernando Talavasso, representante da Associação das Construtoras do Vale do Paraíba, comentou que entendia as preocupações manifestadas com as questões ambientais como também a proposta de modernização da Revap e as melhorias que dela decorreria, como a redução do enxofre nos combustíveis e da emissão de poluentes, aumento do número de empregos e fortalecimento da economia local, e que, por todos esses motivos, era favorável a esse processo de modernização, e que, em sua defesa, a sociedade civil organizada deveria utilizar os mecanismos existentes nos órgãos ambientais. Irma Vasconcelos, representante da Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Motorama, comentou que esse projeto se fundamentava no Estudo de Impacto Ambiental e nos Relatórios de Impacto ao Meio Ambiente, os quais se encontravam à disposição, para consulta, em diversos pontos da cidade, e que eles mostravam que a Revap dispunha de todos os dispositivos necessários para a prevenção de acidentes, e que os membros da sociedade que representava estavam trabalhando com a Revap na definição dos diferentes tipos de acidentes que poderiam ocorrer. Francisca Rodrigues, representante da Sociedade Amigos do Bairro Jardim Pararangaba, declarou que apoiava a implementação desse processo de modernização da Revap, pois ele traria melhorias para a cidade. João Mendes, representante do Sindicato dos Trabalhadores das Cozinhas Industriais de São José dos Campos, declarou que morava em Vila Socó em Cubatão, quando, no dia 24 de fevereiro de 1984, arrebentou a tubulação e a gasolina escorreu por baixo das casas de palafitas, e que fazia esse tipo de comentário para chamar a atenção de todos para o fato que, embora fosse realmente necessário que houvesse emprego para todos, era necessário também que se esclarecesse à população da região que a poluição não ficaria parada em São José dos Campos, mas ela se estenderia até Jacareí, Caçapava, Taubaté e, talvez, Praia Grande. Luiz Paulo Costa, representante da Comissão Municipal de Empregos de São José dos Campos e membro do Grupo Consciência Ecológica, ofereceu uma série de informações sobre as atribuições dessa



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

comissão e que, ela, em sua última reunião, depois de analisar esse projeto de modernização da Revap, declarou seu apoio a ele, principalmente em virtude dos compromissos assumidos pela empresa, entre os quais, aumentar a segurança de todos aqueles que se expunham à emissão de poluentes, não absorver mão-de-obra de outras regiões, dando prioridade aos trabalhadores de São José dos Campos, e que fosse usado obrigatoriamente o Sistema Público de Empregos. Maria Quitéria e Freitas, representante do Conselho Municipal de Assistência Social, manifestou seu apoio ao processo de modernização da Revap, empresa esta que já fazia parte da comunidade de São José dos Campos, e declarou que era importante que todos os munícipes declarasse a essa empresa seu voto de confiança. Jarbas Lacerda de Lima, representante do Conselho da Fundação Cultural das Entidades Empresariais, José Ademir da Silva, representante do Sindicato dos Petroleiros de São José dos Campos, Ubirajara Berna de Chiara Filho, representante da 36ª Subseção da OAB de São José dos Campos, Luiz Carlos Prates, representante do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Francisco Redondo Muñoz, representante do Assecre, declararam seu apoio à implementação desse processo de modernização da Revap. Miguel Jodas, representante do Corpo de Bombeiros de São José dos Campos, declarou que o Corpo de Bombeiro era imparcial, que atendia os sinistros em qualquer lugar em que eles ocorressem, não por serem loucos ou heróis, mas conscientes do trabalho que tinham de realizar, apoiados nos modernos equipamentos utilizados e no preparo recebido; que não existia cem por cento de segurança em nenhuma empresa, fosse ela de pequeno, médio ou grande porte, e o que existiam eram sistemas de prevenção e de combate a incêndios e treinamentos cada vez mais modernos para lidar com esse tipo de evento. Claudir Bustamante, representante da Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos, comentou que o comércio receberia de braços abertos esse capital que geraria empregos e movimentaria a economia da região, e que, quando esse projeto foi apresentado à associação, oportunidade em que estavam reunidos mais de cem empresários, foi discutida a questão ambiental, porque essa entidade não se preocupava apenas com o dinheiro, e que as informações oferecidas pela Petrobrás satisfizeram a todos, e esperava que as demais empresas de São José dos Campos seguissem o exemplo da Petrobrás, ou seja, investissem em qualidade de vida. Cisotto Netto, representante do jornal “Agora – Zona Sul”, de São José dos Campos, comentou que cognominaram o bairro onde morava, ao lado das instalações da Revap, de “Triângulo das Bermudas”, e que reivindicava e defendia o reconhecimento da prosperidade, porque o Brasil precisava sair da dependência econômica multinacional, e a Revap era, acima de tudo, uma indústria nacional; que os brasileiros precisavam se ater principalmente ao progresso que levou os Estados Unidos e outros Países europeus, com a utilização de seus próprios combustíveis, a uma estabilidade econômica social, moral e política, e que não se poderia tornar desacreditados os serviços eficientes que existiam no âmbito do Estado, pois só assim se poderia dar a essa cidade o destino e o futuro que ela merecia; que se precisava, sim, a todo momento e a todo instante, exercer, através dos órgãos competentes, a fiscalização das atividades industriais, mas que não se poderia perder de vista que a emancipação que estava sendo proposta era uma emancipação de responsabilidade, com a melhoria da qualidade do ar e com a redução de 96% das emissões automotivas de SO₂. Carlos Eduardo De Grande, vinculado à Faculdade INEA, comentou que a Revap estava sendo atacada e recriminada por gerar 10 mil empregos, aumentar o recolhimento do INSS e de impostos, diminuir a poluição ambiental e contribuir para solucionar o problema do desemprego, ou seja, estava sendo atacada e recriminada por se situar na contramão dos seus opositores, que conheciam os problemas, mas não as soluções; que se surpreendera com a declaração que havia lido no “Jornal Valeparaibano” a respeito das



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

informações oferecidas pela Revap em relação à geração de novos empregos, que afirmavam que essas informações só “comprovavam o que há muito tempo se pretendia demonstrar, que era a fragilidade do processo industrial dessa empresa e o aumento do risco que sua ampliação causará, e que declarações como essa com nada contribuía. Sérgio Gallati, representante da Associação Vale Paraibana de Administração de Pessoal – Avap, manifestou-se favorável à modernização pretendida pela Petrobrás, que, no mínimo, significava modernização de máquinas, equipamentos e procedimentos, pois se sabia que equipamentos mais modernos eram fabricados dentro de padrões que ofereciam maior segurança aos seus operadores; que comparava o processo de modernização dessa indústria com aquela havida na Força Aérea Brasileira, pois se tratava de corporações que eram de interesse nacional e imprescindíveis para a soberania do País; que a associação que representava era igualmente favorável à obediência rigorosa às normas de segurança e ambientais e também para que se desse prioridade e preferência às empresas da cidade e aos trabalhadores que nela residiam. José Cividanes, representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo do Município de São José dos Campos, comentou que essa entidade congregava empresas dos ramos industrial e de serviços, as quais lutavam pela geração de emprego, redução de impostos e melhoria das condições de vida; que essa entidade louvava a iniciativa da Petrobrás de aplicar 2 bilhões e 400 milhões nesse investimento, dos quais 70% seriam destinados ao meio ambiente e à segurança; que se sabia que, com essa ampliação, ao final do processo essa atividade industrial geraria 150 empregos diretos, que, ao longo de seis anos, chegariam a 10 mil, além dos empregos indiretos que seriam criados no comércio, nas pequenas empresas, no setor de alimentação e em outros ramos de atividade; que, em relação à capacitação da mão-de-obra local, a Prefeitura e a Revap haviam assinado, no início da semana, um protocolo de intenções com vistas a essa capacitação, tornando disponíveis, para tanto, as escolas técnicas do Município, pois só assim essa mão-de-obra poderia concorrer em pé de igualdade com as demais; que esse projeto de ampliação fora apresentado à sua entidade em duas ou três reuniões de associados, oportunidade em que foram questionados vários aspectos e requisitos desse empreendimento e visitadas as próprias instalações, e que era com base nas informações obtidas e na visita feita que essa entidade embasara seu posicionamento. Carlindo Mariano de Oliveira, representante do Conselho Gestor de Unidade-CGV, declarou-se preocupado com um possível caos que viesse acontecer com a Petrobrás, porque acreditava que a população não estava preparada para isso, e que desmentia a declaração feita por essa empresa de que os acidentes ocorridos em suas instalações não se haviam expandido para a cidade, porque seu bairro ficou coberto de fumaça e nenhum serviço foi mobilizado para promover a evacuação da população, e que, antes do capital, antes das cifras, dos investimentos e do desenvolvimento, se deveria levar em conta a vida do ser humano; que já havia testemunhado a ocorrência de vários sinistros, e que, no passado, a população havia-se reunido, lutado e impedido a instalação de um incinerador que igualmente oferecia risco à saúde dos trabalhadores e de todos os habitantes de São José dos Campos, e que a respeito dessa ampliação era necessário se fazer uma discussão mais ampla. Vânia Barbieri, representante da Sociedade Amigos de Bairro Jardim São Vicente e Nova Detroit, declarou-se favorável à modernização dessa unidade industrial da Petrobrás e comentou que a comunidade à qual pertencia havia reconhecido a importância dessa ampliação, solicitando, ao final, que a Petrobrás mantivesse abertas suas portas para a comunidade. Sebastião, igualmente representante da Sociedade Amigos de Bairro Jardim São Vicente e Nova Detroit, declarou sua oposição à atual direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e seu apoio ao Governo Lula. Antônio Donizete Ferreira, representante do Diretório Municipal do Partido Socialista de Trabalhadores Urbanos—



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

PSTU, declarou que acabara de protocolar, juntamente com vários sindicatos, pedido para que fosse realizada outra audiência pública na Zona Leste da cidade, em dia e horário compatíveis com o das donas-de-casa, para que elas pudessem efetivamente participar dessa discussão, e num local que coubessem todas as pessoas que desejassem participar, e que parabenizava a todos pelas reuniões realizadas, artigos assinados e debates havidos em rádio e televisão acerca da ampliação da Revap durante todo esse período; que afirmava mais uma vez que a população não queria ser porta-voz de mercadores de ilusão e protestava contra a idéia de se brincar com a necessidade premente do povo, com sua miséria e com a situação de desemprego do País e dessa cidade em particular; que já se ouviram várias promessas de geração de 10 milhões de empregos, mas que cada vez mais se tornava necessário se tomar consciência das promessas feitas; que perguntava aos empresários que se manifestaram preocupados com a situação de desemprego por que não reduziam a jornada de trabalho em suas empresas, o que concorreria para a abertura de vagas, e que contestava a informação da Petrobrás de que essas atividades ofereciam risco zero, pois era importante esclarecer à população se ela caminhará ou não ao lado de um abismo, porque, em caso afirmativo, ela poderá se preparar, mas, se estiver desarmada, poderá cair no abismo porque realmente não se preparou para isso. Denis Omoto, representante da Frente Ampla de Defesa Ambiental de São Francisco Xavier, comentou que essa entidade apoiara a suspensão da última audiência justamente porque se tratava de assunto extremamente importante para ser debatido rapidamente, apenas para cumprir, por tabela, a legislação ambiental, e que a questão ambiental era a segunda coisa politicamente mais correta do Mundo, e que a implementação de um desenvolvimento sustentável contemplava, inclusive, a substituição de combustíveis fósseis - recurso natural que era finito e que mais cedo ou mais tarde se esgotaria - por um recurso que não se esgotasse, tornando-se necessário, para isso, que se desenvolvessem pesquisas. Siegfried Doedderer, representante do Instituto Global de Ação Social de São José dos Campos, comentou que se estava discutindo uma série de questões ambientais e que, se o modelo implantado não era adequado, talvez fosse oportuno reivindicar que ele fosse melhorado, principalmente porque ele era originário dos Estados Unidos, País que não se interessava pelas questões ambientais; que esse processo de modernização da Revap contemplava um padrão de segurança aumentada, melhorada, e que o mais acertado era que a comunidade se organizasse com o objetivo de resolver seus próprios problemas. Paulo César Grou, representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos de São José dos Campos, declarou que pretendia deixar bem claro que a questão ambiental era, nesse caso, indiscutível, ou extremamente discutível, e que se sentia maravilhado em testemunhar esse exercício democrático que tinha lugar na audiência e que desejava que ele se repetisse várias vezes; que tinha o mesmo orgulho que o escritor Monteiro Lobato e o Presidente Getúlio Vargas sentiam pela Petrobrás, e que não possuía a menor pretensão de contestar os ambientalistas ou de contestar aqueles que se manifestavam favoráveis ou contrários à implementação desse processo, mas, sim, tinha o desejo de acompanhar de perto os aspectos ambientais, econômicos, financeiros da cidade, os quais seriam, direta ou indiretamente, beneficiados por esse projeto. Depois de Irani Aparecido Cornélio, representante da Associação dos Moradores do Jardim Diamante, declarar seu apoio à implementação do projeto, Fátima Aparecida de Picoli, representante da Sociedade Amigos do Bairro Jardim Americano, declarou que estivera presente em todas as reuniões realizadas pela Revap sobre esse empreendimento, e que, em nome de sua comunidade, declarava total apoio à sua implementação. Edson Alves da Cunha, representante da Sociedade Amigos do Bairro Dom Pedro II, depois de comentar que todas as colocações pertinentes em relação a esse projeto já haviam sido feitas por aqueles que o antecederam, mas que constatará



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que todos os que visavam apenas lucro e vantagem com a implementação desse projeto abriam mão de uma discussão aprofundada sobre as questões ambientais e outras que eram igualmente sérias, e que, em face delas, apelava para as autoridades do Estado e da Petrobrás para que fossem assegurados os direitos constitucionais, entre eles a garantia de emprego a um cidadão que morasse no Município há menos de três anos. João Batista da Cunha, representante da Sociedade Amigos do Bairro Vila Araújo, comentou que essa era a primeira audiência em que se discutiam as condições ambientais do Município de São José dos Campos, que considerava que já havia passado a hora de a Petrobrás promover a modernização de suas instalações, e que haviam sido muito importantes as reuniões realizadas na Zona Leste e na Univap, pois elas constituíram a oportunidade de ele se esclarecer sobre esse projeto. Rolando Rodrigues da Costa, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil, núcleo São José dos Campos, comentou que a Petrobrás era considerada uma das maiores empresas de petróleo do Mundo e que investiria na unidade de São José dos Campos para a melhoria dos equipamentos, aumentando a eficiência dos combustíveis e ampliando a oferta de empregos na região. Jorge Luiz da Costa, representante da entidade Integração Brasil, comentou que deveria existir uma preocupação maior e uma fiscalização mais efetiva das condições de trabalho dos funcionários dos setores de construção civil, edificações e montagem industrial, em virtude do alto grau de risco de acidentes, e que a Petrobrás deveria ser mais rígida na contratação das empreiteiras que executariam esse projeto de modernização, pois os funcionários da construção civil mereciam o mesmo tratamento e benefícios dispensados aos petroleiros. André Miragaia, representante da entidade Vale Verde, protestou contra o curto prazo em que o EIA-RIMA ficava normalmente à disposição para consulta, principalmente quando se tratava de um empreendimento polêmico como este, e que, em face desse prazo, solicitara ao Conselho Estadual de Meio Ambiente sua dilatação, mas que este Conselho sequer respondeu a esse pedido, o que obrigou o Ministério Público a entrar com uma liminar suspendendo a audiência pública anteriormente marcada, e que apelava ao Consema para que tivesse maior sensibilidade em relação a esses prazos; que a modernização da Revap era realmente necessária, mas que não se podia esquecer dos acidentes ocorridos em suas instalações nos últimos anos, o que tornava necessário fosse feita uma revisão detalhada da estrutura aí existente, e que o percentual que a Petrobrás aplicaria no desenvolvimento de projetos de fontes renováveis de energia era muito pequeno, considerando-se que o desenvolvimento desses projetos contribuiria para que o Brasil não mais se submetesse aos critérios impostos pelos Países que eram grandes produtores de Petróleo. Valdemar Antônio Valentim, representante do Sindicato dos Químicos da Região, manifestou sua insatisfação com o impedimento enfrentado 50% das pessoas que vieram a essa audiência de entrarem no auditório, tendo todas elas de se contentarem em acompanhar os trabalhos através de telões instalados em outros locais, o que o levava a solicitar fosse realizada outra audiência sobre esse empreendimento; que necessitava de esclarecimentos a respeito da utilização do SUS como referência no levantamento epidemiológico e que protestava também contra a instalação das vinte e duas novas chaminés previstas no projeto, porque constituíam verdadeiras bombas para o Município; que, embora a modernização da Revap fosse consumir 2,4 bilhões de reais, questionava o quanto seria gasto em casos de emergência, o que mereceria atenção do Poder Público, pois se tratava da produção de um produto 100% inflamável; que, embora a audiência tivesse contado com a presença de centenas de pessoas, na realidade poucas delas tinham conhecimentos básicos sobre o projeto. Marcelo Rodolfo da Costa, representante do Sindicato de Construção Civil–Montagem Industrial de São José dos Campos, comentou que a geração de emprego vinha sendo colocada como uma vitrine para os olhos da população, gerando grande



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

expectativa e ansiedade na sociedade local, mas que na realidade seria utilizada mão-de-obra terceirizada nas áreas de construção civil e industrial, condição de trabalho esta que, muitas vezes, não reconhecia sequer o direito do trabalhador de entrar com processos judiciais, e os que entravam nada recebiam, por se tratar de empresas geralmente falidas; que, diante dessa realidade, a Petrobrás deveria assumir o compromisso com os trabalhadores e as empresas que irão prestar serviço, qualificando a mão-de-obra e garantindo que fossem respeitados os direitos trabalhistas. Naoto Shitara, representante do Diretório do PT de São José dos Campos, comentou considerar muito importante a participação do movimento sindicalista na discussão desse projeto, pois, geralmente, esse tipo de discussão ficava à margem da questão política, atendo-se tão somente aos aspectos operacionais, e que as manifestações, sem dúvida, contribuiriam para melhoria do projeto; que a região de São José dos Campos abrigava, além da Revap inúmeras grandes empresas, como a Embraer e a GM, e que não se tratava de impedir a modernização da refinaria, que traria inúmeros benefícios para região, mas, sim, de cercar o projeto de todos os cuidados na área de segurança, para que ele se tornasse uma conquista para todos. Elizabete Rodrigues, representante da Associação Brasileira dos Engenheiros Civis de São Paulo, declarou que o investimento previsto para este projeto era fundamental para São José dos Campos, e que, se ele não fosse aplicado na Revap, com certeza seria repassado para outra refinaria da Petrobrás em outra região do País; que o projeto foi elaborado por profissionais altamente gabaritados e que ninguém estava interessado em enganar a população, e que, como engenheira de segurança, não acreditava que esses profissionais colocariam em risco sua própria vida. Luiz Ferreira da Silva Moraes, representante da Paróquia Santa Inês, comentou que presenciara a degradação sofrida pelo Rio Porarangaba, que era muito limpo e onde existiam muitos peixes que eram consumidos pelos moradores; que, além de a desativação dos poços artesianos da região ter sido muito estranha, sob a alegação de que estavam contaminados, também a poluição do ar agravava quadros respiratórios, os quais, com certeza, estavam relacionadas com emissões de poluentes por empresas como a Petrobrás; e que, realmente, esperava que a modernização amenizasse essa situação. Cosme Vitor, representante da Central de Movimento Populares, comentou que não era nem favorável nem contrário à modernização da Revap e que sua pretensão era fazer uma denúncia ao Consema sobre alguns fatos ocorridos em São José dos Campos, entre os quais as péssimas condições de trabalho previstas na parceria firmada entre a Prefeitura do Município de São José dos Campos e a Petrobrás, que impedia até mesmo que os trabalhadores usassem os banheiros e fazia com que eles se sentissem exilados em seu próprio País, e que essa parceria deveria prever a inclusão social. Ângela Aparecida da Silva, representante da Marcha Mundial de Mulheres, inicialmente protestou contra o horário em que se realizava a audiência, o que impedia a participação das mulheres, obstáculo este que igualmente se apresentava no que dizia respeito à utilização da mão-de-obra feminina nas atividades realizadas pela Revap; que se deveria também levar em conta que, quando da ocorrência de acidentes, eram as mulheres que gritavam por socorro nas ruas e quem recolhia os filhos na hora do medo, e que o conselho de assistência criado pela Revap em nenhum momento discutiu essa questão. Maria Célia dos Santos, representante do Sindicato dos Servidores Municipais de São José dos Campos, declarou seu total apoio ao projeto de modernização da Revap com garantia da preservação ambiental, da segurança dos trabalhadores e da população e da geração de empregos dignos, ou seja, com respeito aos direitos trabalhistas, e que esse apoio se devia à possibilidade da geração de emprego, de um maior controle da emissão de poluentes, do aumento da arrecadação de tributos e de ICMS e do conseqüente aumento e aquecimento do comércio e da economia municipal e regional. Claudião, representante do Sindicato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

dos Metalúrgicos de Taubaté, declarou que esse sindicato reconhecia a importância da reconstrução, ou seja, da ampliação da Revap, e que sentia extrema satisfação em defender esse projeto, porque, sem dúvida, a mão-de-obra da Revap seria valorizada tanto pela empresa como pela população da cidade, e que tanto o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté como o Sindicato dos Petroleiros haviam decidido, em plenária, ter esse posicionamento favorável em virtude do grande déficit de emprego na região. Fabrício Camilo, representante do Projeto Cultural Palmares–Movimento Negro, comentou que até então não havia sido feito nenhum comentário a respeito da cultura, condição esta presente quando se realizava qualquer atividade, e que, para que renascesse, pedia a contribuição de todos e pedia também àqueles que viessem para o Município que valorizassem a sua cultura, e que era importante se considerar que a cultura do povo negro na cidade de São José dos Campos estava morta; que tornava claro também sua discordância com a afirmação de que a Petrobrás era um órgão inoperante, pois se tratava de uma empresa resguardada pelo Tesouro Nacional. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome. Elvira Freitas Moreira declarou que convivia muito tempo com a Revap e não havia tido nenhum problema, mas que a população de Vista Verde, bairro onde morava há 31 anos viviam atualmente assustada com as explosões que ocorriam no interior dessa empresa e que sua maior angústia era a existência de uma única saída do bairro, que era a Rodovia Dutra, a qual, como todos sabiam, não oferecia condições para ser utilizada, e que, embora muitas pessoas afirmassem que essa empresa não poluía o entorno, pôde comprovar, em várias ocasiões, que isso ocorria, e que, por todas essas razões, pedia que houvesse mais reuniões para que esses problemas fossem esclarecidos, especialmente para as mulheres, pois eram elas que ficavam no bairro o dia inteiro. Maria das Graças Prado declarou que trabalhava há dois anos na Revap e que, ao ser admitida pela empresa, fora informada de todos os riscos existentes, e que todo dia era obrigada a participar do Diálogo Diário de Segurança e, também, de debates e palestras quando estes ocorriam, o que demonstrava que a empresa se preocupava com a vida de todos que nela trabalhavam. Maria Hilda do Nascimento Silva comentou que morava em Vila Verde há 31 anos e que testemunhava que várias pessoas que aí viviam morreram de câncer, não porque fumassem ou bebessem, e que, além dessas pessoas, existiam pessoas jovens atualmente apresentando essa mesma doença, além de cachorros e gatos que adoeciam de câncer e morriam, e que todos os membros de sua família eram portadores de doenças respiratórias provocadas pela poluição. Marcos Reis de Faria comentou que havia trabalhado na Petrobrás durante 20 anos e testemunhava que a essa empresa sempre exerceu o papel de vanguarda no que dizia respeito ao desenvolvimento, que era uma empresa internacionalmente respeitada e que sempre buscou a auto-suficiência do Petróleo. Carlos Alberto Linhares de Azevedo comentou que morava no bairro Vila Verde há 25 anos e gozava de boa saúde, e que, como profissional do meio ambiente, pôde ler o EIA/RIMA e constatar que nem ele nem sua família corriam risco com a modernização da Revap, e declarou, ao final, que acreditava na capacidade inventiva do brasileiro, criando solução para os problemas que se apresentavam. Carlos José do Nascimento declarou que, embora trabalhasse há 28 anos na Petrobrás, não era especialista nem em segurança nem em meio ambiente, mas, sim, em executar obras, e que a área em que trabalhava, como qualquer outra, oferecia riscos, e que, quando se ignoravam esses riscos, se desenvolvia um certo pânico; que, sem dúvida, as críticas feitas ajudavam a melhorar cada vez mais o desempenho dos profissionais, e que, se havia se desenvolvido tal em decorrência das críticas feitas por todos. José Luís Gonçalves comentou que atualmente não existiam mais empregos, pois a tecnologia havia substituído a mão-de-obra, e que era importante a discussão sobre meio ambiente para que todos tomassem conhecimento dos problemas. Rogério Humberto Ribeiro Penido declarou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que era empresário e empregava 150 pessoas e que sempre trabalhou para a Petrobrás como empreiteiro e que uma empresa que buscava petróleo a 5 mil metros de profundidade, com certeza, sabia cuidar do meio ambiente, e que, inquestionavelmente, era necessário que se procedesse à modernização dessa refinaria. Artur de Oliveira declarou que, como morador de São José dos Campos e como trabalhador na Petrobrás há 21 anos, vinha acompanhando a evolução da tecnologia no processo industrial dessa refinaria e podia atestar que a segurança, a preservação do meio ambiente e da saúde das pessoas estavam presentes no dia-a-dia dessa empresa; que vinha ocorrendo o aprimoramento da mão-de-obra, e que os acidentes ocorriam nas instalações da empresa, sem que houvesse qualquer consequência para os moradores do entorno, e que eles eram rapidamente controlados. Marilda Martins Coelho declarou que testemunhava a preocupação do corpo técnico dos órgãos do Estado com a segurança e o meio ambiente, pois tanto ofereceu subsídios por ocasião das diversas e exaustivas consultas que fez como realizou fiscalização ininterrupta da refinaria, o que contribuiu para que a empresa adotasse o reuso da água em suas unidades, e lembrava que o grande escritor de Taubaté, Monteiro Lobato, era um grande defensor da Petrobrás. Ernesto Gradella Neto comentou que, se dependesse das elites, a Petrobrás nunca teria sido construída e que ela fora mantida em consequência da luta do povo por esse patrimônio nacional, e que esse projeto com certeza oferecia riscos, pois qualquer refinaria convivia diariamente com a possibilidade de acidentes, e que, considerando o investimento que nela seria feito de 2 bilhões e 400 milhões de reais, sugeria que parte significativa dele fosse empregada em questões de segurança, e propunha, também, que essa empresa empregasse diretamente os funcionários, abolindo o quadro de empresas terceirizadas, pois acreditava que essa medida diminuiria o risco de acidentes. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes de órgãos públicos. Toshimitsu Fujita, representante da Defesa Civil de São José dos Campos, comentou que vinha acompanhando o trabalho da Petrobrás nos últimos anos, principalmente depois do acidente de 2003, e constatara que essa empresa mudara bastante sua forma de se comunicar com a comunidade, e que, embora existissem riscos, estes poderiam ser prevenidos e minimizados através de parcerias com a comunidade; que, no âmbito do Conselho de Público da Zona Leste em cuja composição havia representantes dos bairros mais próximos da Petrobrás, vinham sendo apresentadas propostas de comunicação dessa empresa com a comunidade e também de edição de um manual de auto-defesa, iniciativas estas que concorreriam para que a população tivesse maior tranquilidade, e que sugeria que a modernização priorizasse o monitoramento, evitando-se, com isso, riscos, como vazamentos de combustível e outros. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Consema. O conselheiro Mauro Frederico Wilken protestou contra a escolha do local para essa audiência, pois sua exigüidade impediu que centenas de pessoas participassem da reunião, e sugeriu que se acrescentasse ao EIA/RIMA propostas sobre a capacitação da mão-de-obra temporária dos 10 mil trabalhadores que seriam contratados na fase de construção da obra e, também, para sua futura absorção pelo Município, evitando-se, assim, que, concluída a obra, surgissem novas favelas e se multiplicassem os problemas sociais; que causaram certa perplexidade os dados apresentados pelo SUS indicando que, enquanto em São José dos Campos os casos de doenças respiratórias se mantiveram num patamar razoável, em Taubaté a incidência desse tipo de doença se tornou três vezes maior, demonstrando talvez a probabilidade de a pluma de poluição se descarregar naquele Município, motivo por que propunha fosse aprofundado o estudo de dispersão; e sugeria que, para concessão da licença prévia, fosse exigido levantamento sobre os passivos ambientais e seu monitoramento e que as licenças de instalação e funcionamento fossem concedidas gradativamente, à medida que se desse cumprimento às exigências determinadas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

para as etapas anteriores. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. Dulce Rita Chave de Andrade, Vereadora do Município de São José dos Campos, parabenizou a cidade pela realização dessa audiência e, também, a Petrobrás pela modernização da refinaria, declarando que ela traria emprego e dignidade para a população local. Tonhão Dutra, Vereador do Município de São José dos Campos, comentou que as sociedades amigos de bairro da zona leste participaram ativamente da discussão desse projeto e que entregaram suas propostas à Petrobrás, e que caberia à população cobrar o cumprimento de todas as promessas feitas pela empresa e pela Prefeitura, principalmente aquelas relacionadas com a geração de empregos. Luiz Motta, Vereador do Município de São José dos Campos, declarou seu apoio ao projeto de modernização da Revap, pela diminuição na emissão de poluentes e, em decorrência, pela melhoria da qualidade do ar, e também pela contratação de mais de 10 mil funcionários e o aumento de 130 milhões na arrecadação do Município; que, ao longo de sua história, a Petrobrás vinha despendendo esforços para se aproximar da comunidade, mas que, mesmo assim, deveriam ser criados mecanismos para tornar essa comunicação mais rápida e eficiente; que os 0,5% do valor destinado à compensação ambiental, e que correspondia a 12 milhões de reais, deveria ser aplicado em áreas de proteção ambiental do Município, entre as quais a Área do Banhado, e que havia um movimento na Câmara Municipal de se criar uma frente parlamentar para acompanhar e fiscalizar a execução desse projeto, principalmente no que dizia respeito à saúde, ao meio ambiente, à segurança e, principalmente, à criação de empregos. Ângela Guadagnin, Deputada Federal, comentou que nesse projeto deveriam ser destacados: 1) a soberania e a independência nacional, ou seja, a necessidade de o País deixar de importar petróleo e passar a refinar aquele encontrado em seu território, o que o deixaria independente do mercado internacional; 2) ter melhor qualidade o combustível produzido pela Revap, pois isso possibilitaria a redução das emissões de poluente e a melhoria da qualidade de vida, não só para população de São José dos Campos, como para todas as cidades onde circulariam os veículos com o combustível que passaria a ser produzido; 3) dever o Governo Federal investir no biodiesel, que vinha sendo acrescentado ao diesel, diminuindo as emissões de gás carbônico, e que se tratava, portanto, de tecnologia nacional de ponta, que era motivo de orgulho para todos os brasileiros, na medida em demonstrava o compromisso do atual governo com o desenvolvimento sustentável e com o meio ambiente 4) a necessidade de se promover a mudança da matriz energética, com projetos de substituição do petróleo por fontes alternativas, como a eólica, a solar e a biomassa; 5) a possibilidade de esse investimento promover aumento de recursos para a cidade, para o orçamento municipal, e que caberia aos vereadores fiscalizar se esses recursos seriam mesmo utilizados na capacitação da mão-de-obra. Vagner Balieiro, Vereador do Município de São José dos Campos, comentou que participou ativamente do processo de discussão desse projeto, comparecendo a mais de dez reuniões técnicas com a comunidade e com a direção da Petrobrás, e que muitas fases da elaboração desse projeto contaram com a participação dos petroleiros, com a preocupação de garantir as condições de segurança do trabalhador; que, além da melhoria da gasolina, essa modernização traria ganho ambiental para todo o País, e que, embora se devesse priorizar a mão-de-obra local, não se deveria discriminar trabalhadores de outros Municípios que viessem em busca de emprego, e que fossem realizados cursos de capacitação dos trabalhadores. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Riuji Kojima, Vice-Prefeito do Município de São José dos Campos, depois de declarar que havia sido escolhido para representar os representantes do Poder Executivo que se inscreveram para falar nessa audiência, comentou que, embora não houvesse nascido em São José dos Campos, tinha amor e respeito pela cidade e pela sua população, e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

lembrava a todos ter sido um dos que lutaram contrariamente à pretensão da Petrobrás, na década de 80, de instalar uma termelétrica nesse Município, que provocaria muita poluição; que lembrava a todos que nunca se ouviu falar em acidentes ocorridos no interior de alguma das treze refinarias da Petrobrás instaladas no Brasil que tenha colocado em risco a vida de pessoas que se encontravam fora de suas instalações, e que o acidente que ocorreu na Vila Socó, em Cubatão não teve origem em uma refinaria; que esse projeto de modernização teve início em 1997, não se tratando, pois, de algo recente; que a atual administração municipal pretendia que o meio ambiente fosse preservado, que fossem criadas melhores condições de vida para a população e que as empresas nacionais cada vez mais se tornassem equipadas para atender, inclusive, a demanda internacional; que esse compromisso da atual administração estava contemplado no EIA/RIMA desse projeto, estudo este que informava também que haveria diminuição da emissão de poluentes, que era um dos benefícios dessa modernização, e que ela geraria emprego, e um gráfico nesses estudos mostrava que seriam criados 10 mil postos de trabalho, dos quais, de 120 a 150 corresponderiam a empregos definitivos; e que, em nome dos vários secretários que abriram mão da palavra, confirmava que haveria empenho, por parte da administração, em acompanhar o processo de implantação dessa reforma e que seriam despendidos esforços com o objetivo de que fosse instituído o local onde os candidatos pudessem se inscrever e fazer o exame médico; que cumprimentava o representante do PSTU pela manifestação feita e que assegurava que esse procedimento chamado audiência pública era uma conquista da democracia, e, particularmente, do movimento ambientalista brasileiro, pois possibilitava se debater e se extrair do debate o maior número possível de informações de uma questão complexa como essa. Davi Lino, Vice-Prefeito do Município de Jacareí, comentou que trabalhava há mais de vinte anos na área de saneamento e informava que, em virtude dos rígidos padrões para emissão de material particulado e Sox, esse projeto não seria aprovado no Município de Jacareí, e que todo o parque industrial aí existente vinha sendo modernizado com o objetivo de que ele causasse o menor impacto possível no meio ambiente, e que acreditava que havia a tendência de essa medida ser adotada em todo o Vale do Paraíba; que essa refinaria provocava um impacto que extrapolava os limites do Município de São José dos Campos, e que, por esse motivo, discordava de que a contratação da mão-de-obra tivesse como critério a residência do trabalhador nesse Município, inclusive porque, a depender do Município, ela tinha uma capacitação específica, o que muitas vezes contribuía para a atração de determinados investimentos; que a Petrobrás, por se tratar de indústria petroleira, deveria ter compromisso com o meio ambiente da região, constituindo este um dos motivos da proposta de que essa empresa duplicasse o valor da compensação ambiental, sugestão esta que deveria ser encampada pelo Consema; que outra proposta que este Colegiado deveria apreciar era que fossem realizadas outras audiências públicas e que a Petrobrás continuasse ampliando o espectro das discussões, com o intuito de que cada vez mais um maior número de pessoas se convencesse das vantagens que obteria com a ampliação dessa unidade; que considerava que o sucateamento da Petrobrás causava mais malefícios ao Município do que sua modernização. Riuje Kojima, Vice-Prefeito do Município de São José dos Campos, comentou que considerava esse debate muito importante, e que esse era um dia histórico para São José dos Campos porque a modernização da Revap contribuiria para o seu desenvolvimento; que outro aspecto importante dizia respeito à segurança, mas que não se poderia comparar o grande número de acidentes aéreos que ocorriam no mundo e, até mesmo, o grande número de acidentes no trânsito na cidade com aqueles ocorridos nas instalações da Revap, além de se ter presente que todos os cuidados vinham sendo adotados pela empresa para neutralizar as condições que levavam a sua ocorrência. Passou-se à etapa das réplicas. José Ricardo Lafraia,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

representante do empreendedor, enumerou todos os benefícios elencados pelo presidente da refinaria recém-instalada em Araucária, José Eduardo Duque, por ocasião de sua inauguração, cujo investimento era um quinto daquele que se faria na Revap, e que, só em 2004, a Petrobrás inaugurou mais de vinte unidades de modernização; que essa empresa não se aventurava no Brasil, mas aqui operava há mais de 50 anos, explorando petróleo, atividade em que recebeu vários prêmios internacionais; que, desde o ano 2000, essa empresa vinha percebendo a mudança ocorrida na sociedade em relação ao meio ambiente, e, desde então, investira mais de 1 bilhão de dólares em programas de excelência em saúde e melhoria ambiental, como a reforma de dutos, melhoria de refinarias, automação de procedimentos, melhoria de sistema de combate a incêndio, remoção de passivos, e uma série de outras medidas, entre elas a criação de centros de defesa ambiental e outros projetos que colocavam a Petrobrás em posição de destaque no Mundo, em virtude, principalmente, dos indicadores de saúde, segurança e meio ambiente; que essa empresa se preocupava com a proximidade da Revap da comunidade, principalmente da Zona Leste, mas que, por isso mesmo, ela criou os conselhos de público, cuja principal tarefa era dar atendimento às emergências; que se tinha consciência de que havia muito ainda para melhorar, mas a empresa continuava ativa, como bem mostrava o protocolo que acabara de assinar com a Prefeitura; que, além disso, a Diretoria Executiva da Petrobrás soltara a orientação de que todos os empregados prestadores de serviço teriam convênio médico para si e para seus dependentes; que, em relação aos passivos ambientais, ela assinou em 2001 um Termo de Ajustamento de Conduta com a Cetesb e com o Ministério Público e estava dando cumprimento a todos os compromissos assumidos no contexto desse termo; que a Petrobrás possuía projetos para produção de energia sustentável, porque ela se preocupava com o desenvolvimento dentro dos parâmetros da sustentabilidade, e que ela também possuía um programa agressivo de incursão em novas tecnologias, uma vez que se considerava uma empresa de energia, e que seu lema atualmente era do posto ao posto e do posto ao poste; que a Petrobrás era pioneira na introdução no Brasil de energias renováveis, como o Proálcool, que só deu certo porque ela colocou sua logística de distribuição de combustível a serviço desse programa na década de 70; que a Petrobrás era o segundo País do Mundo, teoricamente, com crédito de carbono e seria o primeiro se, no Protocolo de Kyoto, a energia hidrelétrica fosse reconhecida como fonte renovável; que a Petrobrás estava agressivamente desenvolvendo o projeto de biodiesel, que colocava o Brasil numa posição de vanguarda em relação às fontes alternativas de energia. Depois de apresentar um filme com informações sobre o compromisso da Petrobrás com as fontes renováveis, esse representante do empreendedor comentou ser essa uma oportunidade de a direção da empresa conversar com representantes do movimento ambientalistas e convidá-los a visitar o centro de pesquisa da empresa, e que já havia sido agendado a visita da direção desse centro ao Centro Tecnológico Aeroespacial de São José dos Campos, com a finalidade de ambos firmarem convênios que visassem aprofundar o conhecimento relacionado com o desenvolvimento tecnológico de novas energias; que, efetivamente, o que se precisava nesse momento era melhorar a qualidade dos combustíveis, processar melhor o produto nacional, economizar divisas e permitir a entrada massificada de gás natural, que era um potencial extremamente ambicioso para o Brasil. O representante da equipe responsável pela elaboração do EIA/RIMA, Ricardo Simonsen, da Mineral Engenharia e Meio Ambiente, ofereceu os seguintes esclarecimentos: 1) que, para obtenção da licença prévia, era avaliada a composição desse projeto por catorze unidades interligadas entre si, uma vez que a corrente quente de uma aqueceria corrente fria de outra, e, nesse processamento, os produtos de algumas unidades serviriam de matéria-prima para outras; 2) que, para fase de licença de instalação, que poderá ser concedida por



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

fases e etapas, de acordo com o manual de procedimento do licenciamento ambiental em nível federal, pela Cetesb, depois de cumpridas as exigências determinadas quando da concessão da licença prévia; 3) que esse processo, através da substituição de combustíveis líquidos mais poluentes por combustíveis gasosos menos poluentes, levaria a uma melhoria na tecnologia ao favorecer uma queima mais eficiente e, conseqüentemente, possível redução das emissões de poluentes para atmosfera, como o Nox, o Sox entre outros; 4) que, para definição da altura das futuras chaminés, foram utilizados modelos de dispersão de poluentes, visando aperfeiçoar esse processo; 5) que, em relação à geração de emprego, a cada treze emprego direto no setor de petróleo corresponderiam noventa e cinco indiretos; 6) que, com a criação da Gerência de Energia Renovável, estudos estavam sendo realizados sobre fontes de energia não-poluentes, e um dos projetos relacionava-se com os aerogeradores, que produziam energia através da força dos ventos, instalados no Nordeste, Sudeste e Sul do País e cuja comercialização estava prevista a partir de 2006, e que, além desse programa, seria mantido o Proálcool e projetos de aquecimentos térmico; 6) que, em relação à poluição da Bacia do Rio Paraíba, embora ela recebesse efluentes de empresas, a maioria já era tratada, e que o principal responsável pela degradação dessa bacia, ou seja, por 90% da carga poluidora, eram os efluentes domésticos, de acordo com dados da Cetesb; 7) que não havia como se alterar as condições das águas do Bairro Vista Verde, pois o fluxo do lençol freático se movimentava para leste e oeste; 8) que, com relação qualidade do ar da cidade de São José dos Campos, a maior preocupação era com o ozônio, uma vez que a média dos demais poluentes permanecia estável, e que, em relação a esse poluente, formado por hidrocarbonetos e Nox, a modernização contribuiria para sua redução, dada a inibição dos poluentes precursores de sua formação; 9) que, com relação aos impactos positivos, além da qualidade ambiental, seria melhorada também a qualidade da vida sócio-econômica da população, em virtude do aumento que ocorreria na arrecadação de impostos, que, em parte, seriam repassados para os programas sociais, além de dinamizar a economia; 10) que, em relação ao conteúdo do EIA, ele era destinado aos órgãos técnicos, mas que RIMA, elaborado numa linguagem mais acessível, podia ser compreendido por qualquer pessoa que não tivesse formação mais técnica. Ricardo Ferraz, representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, comentou que, durante a ECO 92, muito se discutiu sobre crescimento sustentável, mas que, na realidade, o grande pico de crescimento no Brasil se deu até a década de 50, e que, depois disso, esse crescimento se restringiu a 10% na principais cidades brasileiras; que o conceito de desenvolvimento sustentável utilizado pelas universidades incluía satisfazer-se às necessidades e às aspirações das gerações atuais sem se comprometer a possibilidade de as gerações futuras verem atendidas suas necessidades; que a exploração dos recursos deveria estar de acordo com as necessidades atuais e futuras, prevalecendo o equilíbrio na exploração daqueles que eram renováveis e nenhuma exploração daqueles que eram finitos, como o petróleo; que o conceito de sociedades sustentáveis era uma discussão contemporânea e visava descobrir meios e formas de assegurar a saúde e a vitalidade da vida e da cultura humana e sugerir que fossem substituídas as atividades que não contribuíssem para essas finalidades; que, de acordo com o princípio da precaução, quando uma atividade se apresentava como uma ameaça ao meio ambiente ou à saúde humana, medidas de precaução deveriam ser adotadas, mesmo que uma clara relação de causalidade não fosse cientificamente estabelecida; que era necessário se refletir sobre conceitos emitidos no bojo desse projeto de modernização da Revap e também se promover mudanças na matriz energética do País; e que entregava à Mesa documento elaborado pelo Prof. Oswaldo Seva, vinculado ao Departamento de Energia da Unicamp, que questionava uma série de dados apresentados pelo EIA/RIMA e deveria ser analisado pelo DAIA. Professor José Morais



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Barbosa, membro da Associação dos Professores do Estado de São Paulo-Apeoesp, comentou ter havido falhas nos estudos epidemiológicos apresentados no projeto, deficiências estas que foram discutidas pelo Comam, e que, por esse motivo, solicitava se realizassem novos estudos que, inclusive, retratassem a situação de saúde dos moradores do entorno da Refinaria; que em reunião realizada há dois meses entre a Cetesb e o Comam, essa agência informou não ter conhecimento preciso sobre as fontes fixas, as indústrias e as unidades móveis responsáveis pela poluição atmosférica que vinha se abatendo sobre a população do Vale do Paraíba; que, diante das controvérsias existentes, esse projeto de modernização da Revap deveria ser exaustivamente discutido e analisado, pois futuramente poderá se converter num pólo petroquímico, com uma série de conseqüências para a população. Luciano Sakurai, membro do Consema, declarou que a audiência pública era um ato legalmente importante e de altíssimo valor por propiciar um debate amplo e a apresentação de um amplo leque de opiniões contrárias e com diferentes perspectivas, e que tudo o que foi apresentado e devidamente registrado seria apreciado pela equipe do DAIA e pelos conselheiros do Consema, ao apreciar a viabilidade ambiental do projeto. Foram entregues os seguintes documentos: 1) documento intitulado “Carta Branca Ambiental”, enviada pelo Sr. Oswaldo Sevá; 2) solicitações de realização de outras audiências encaminhadas pelo Prof. José Moraes Barbosa, pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São José dos Campos e Região; pelo Sr. Luís Carlos Prates, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, e pelo Sr. Antônio Donizete Ferreira, representante do Diretório Municipal do PSTU; 3) considerações oferecidas pela Sra. Sandra Rodrigues; 4) contribuições encaminhadas pelo Senhor José Roberto Alves e pelo Centro Amigos da Natureza; 5) documento intitulado “Estudo de Análise de Riscos- EAR do Projeto de Modernização da Revap, encaminhado pelo Sr. Ricardo Rodrigues Serpa; 6) documento intitulado. “Estudo de Epidemiologia do Projeto de Modernização da Revap”, assinado pelos professores Delsio Natal, Celuta Helena Paganelli e Helene Ueno; 7) abaixo-assinado solicitando realização de outra audiência pública. Depois de informar que todas as etapas da audiência pública haviam sido cumpridas, o Secretário-Executivo esclareceu que aquele que, eventualmente, tivesse ainda qualquer contribuição a oferecer e quisesse agregá-la ao processo teria o prazo de cinco (5) dias úteis para enviá-la à Secretaria Executiva do Consema, através de correspondência registrada ou protocolando-a diretamente neste setor. Em seguida declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Professor José Goldemberg, agradecia a presença de todos e declarava encerrados os trabalhos. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora da Divisão de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do Consema, lavrei e assino a presente ata.

PS-ARP